

# Reflexões sobre a construção das Ciências Sociais

Fernando Ferreira de Mello Junior\*  
Luis Moretto Neto\*\*

## Resumo

Como interpretar o processo econômico e social contemporâneo exclusivamente à luz de teorias e modelos ortodoxos que não respondem satisfatoriamente aos questionamentos presentes? Considerando as modernas tecnologias da informação que tornaram simultâneas as dimensões de tempo e espaço e os respectivos impactos nos agentes de produção, qual o referencial teórico e o instrumental adequado para interpretar as realidades dominantes?

Partindo destas preocupações, o artigo aborda o objeto da ciência econômica, o método científico e a construção do conhecimento normativo e empírico.

## Palavras-Chave

Conhecimento científico, métodos quantitativos e qualitativos, ciência social normativa e empírica.

## Abstract

How to interpret the economical and social contemporary process exclusively under the light of theories and orthodox models that do not answer satisfactorily to the present questions? Considering the modern information technologies that made simultaneous the dimensions of time and space and the respective impacts on the production agents, what is the theoretical reference and the appropriate instrumental to interpret the dominant realities?

Starting from these questions, the article approaches the object of the economical science, the scientific method and the construction of the normative and empiric knowledge.

## Key Words

Scientific knowledge, quantitative and qualitative methods, normative and empiric social science.

\*Mestre. Professor do Departamento de Ciências da Administração e doutorando em Engenharia de Produção da UFSC.  
E-mail - ffmj@matrix.com

\*\*Mestre. Professor do Departamento de Ciências da Administração e doutorando em Engenharia de Produção da UFSC.  
E-mail - moretto@cse.ufsc.br

## Introdução

Como interpretar o processo econômico e social contemporâneo exclusivamente à luz de teorias e modelos ortodoxos que não respondem satisfatoriamente aos questionamentos presentes? Considerando as modernas tecnologias da informação que tornaram simultâneas as dimensões de tempo e espaço e os respectivos impactos nos agentes de produção, qual o referencial teórico e o instrumental adequado para interpretar as realidades dominantes?

A diversificação e a complexidade dos fenômenos sociais oferecem obstáculos de difícil superação quando se deseja integrá-los em um esquema normativo mediante puro tratamento analítico-formal. Tal circunstância deriva da limitação na coleta de dados adequados e completos, bem como da heterogeneidade das variáveis a pesquisar e que superam a capacidade humana de compreensão. No campo das organizações e da economia, em última análise, sempre se tratará do comportamento humano, e a forma “caótica”, irregular, multifacetada com que se apresentam os processos e fatos sociais, acompanhados de reações, conflitos e interesses divergentes, exige do estudioso social a aplicação de métodos dotados de expressivo grau de flexibilidade.

## 2 O objeto da ciência: migrando de relações simples para complexas

O conhecimento humano é tradicionalmente agrupado em categorias das quais sobressaem a ética, a religião, o saber popular e a ciência. Esta resulta de um esforço contínuo, cumulativo e sistemático, à luz de valores, conceitos e modelos, para interpretar o universo, entender o homem em suas relações com os outros seres e com o meio em que habita.

Em fenômenos onde as relações são simples, de natureza repetitiva, e razoavelmente estáveis, se estabelece conexão entre “antecedente” e “conseqüente”: a constatação do “conseqüente” (o efeito) determina o “antecedente” (a causa). Fundado no “senso comum”,

este padrão de explicação das relações causa/efeito, embora adequado a situações simples e revestidas de regularidade, não satisfaz a curiosidade imanente no ser humano que se pergunta: porque, como, quanto, quando, em que circunstância? E a sua perplexidade e dúvidas são ainda maiores quando confrontado com fenômenos complexos, repletos de variáveis, que além de interagirem mutuamente, influenciam e são influenciadas pelo próprio fenômeno em estudo. Afinal a epopéia humana revela que, ao contrário de situações estáveis e regulares, costumeiramente convivemos com a incerteza, a variabilidade, o descontínuo e o instável. Assim, o problema nuclear de pesquisa não é a regularidade, mas a própria variação, o que demanda a interpretação de processos e fatos, segundo suas múltiplas e complexas relações, mesmo indiretas. Quanto mais avançamos, mais necessitamos do conhecimento para compreender os fenômenos complexos que nos rodeiam.

## 3 A construção do conhecimento científico

Concedendo menos importância ao que é “constante” e ao “errático”, abandonando o que parece ser “desordem pura”, a ciência normal tem se dedicado àquilo que varia segundo algum padrão. Por isso, Thomas Kuhn (1990) considera a ciência normal como atividade não revolucionária, pouco crítica. No mesmo sentido, cáustico, Popper (1973) afirma que o cientista que trilha, exclusivamente, pelos caminhos da ciência normal foi “ensinado” com espírito dogmático e é vítima da doutrinação.

Recentemente, atribuindo-se a uma certa dificuldade de a ciência normal progredir na explicação do “aleatório”, do “incerto”, surgiu o que alguns denominam de uma nova ciência: a teoria do caos, “antes uma ciência de processo do que de estado, de vir-a-ser do que de ser” (Browand apud Gleick, 1990). O caos e a incerteza no devir têm sido determinantes ao homem para o repensar dos fatos, processos, valores e premissas hegemônicas à compreensão do Universo (Capra, 1982).

A organização social e de produção e a interpretação dos processos e fatos do universo na visão milenar da cultura oriental, ou as formas de organização social primitivas, por exemplo, têm sido objeto de pesquisas e estudos pela “civilização ocidental” perseguindo a “descoberta” de novos caminhos e alternativas. Também, a incorporação de elementos que se manifestam no ambiente natural, reveladores da biodiversidade, tem indicado novas perspectivas na geração do conhecimento.

Para produzir o conhecimento social é preciso trabalhar este mosaico multicolor do saber em ambientes mais flexíveis, menos formais. É intuitivo que a produção com eficácia e efetividade do conhecimento científico, tornado um processo de construção, reconstrução, negação e afirmação do saber, terá sua possibilidade de desenvolvimento e expansão prejudicada em ambientes estruturados sob a lógica “fordista” de produção.

Como um dos instrumentos de explicar o mundo, a ciência está em crescimento contínuo; é, portanto, cumulativa e coletiva. Porém, em alguns marcos históricos tem ocorrido o rompimento absoluto de paradigmas vigentes. É o fenômeno da “revolução científica”, assim denominado por Kuhn (1990), particularmente como resultado de descobertas negando totalmente o conhecimento até então hegemônico. Esta evolução continuada e ocasionalmente em saltos é um corolário de que o conhecimento científico é “testável”. Esta qualidade de, a qualquer momento, poder ser negado confere ao conhecimento científico um dinamismo próprio, dialético, impulsionando-o a novas conquistas e à uma acumulação exponencial. É o que se observa neste alvorecer de milênio quando se compara a intensidade da produção científica nas últimas décadas com aquela de toda a história.

Acumulação e reavaliação são processos, portanto, que asseguram e promovem o progresso da ciência, mediante uma lógica que parece ser mais de negação, de rejeição, e menos de afirmação. Esta atitude crítica implica em maior responsabilidade ética e operacional e,

ao mesmo tempo, exige flexibilidade nos procedimentos e práticas do pesquisador.

A ciência não corre atrás de verdades definitivas, todavia pressupõe que exista uma certa ordem na natureza. A compreensão e interpretação desta ordem, dos fenômenos e processos que fogem aos limites da mesma têm sido o escopo básico da ciência. O interesse em captar, entender e explicar esta “ordem”, descobrir o caminho da regularidade, leva o cientista ao ponto em que as previsões passam a ser possíveis. Possíveis porque a “ordem” indica a expressiva probabilidade de um sistema funcionar de acordo com o esperado e/ou projetado.

O fato é que também os cientistas do “caos” buscam encontrar um padrão. Segundo Gleick (1990) “os sistemas mais simples criam, como hoje se acredita, os mais difíceis problemas de previsibilidade. Não obstante, a ordem surge espontaneamente nesses sistemas – o caos e a ordem juntos. Só um novo tipo de ciência poderia começar a atravessar o grande abismo entre o conhecimento daquilo que uma coisa faz – uma molécula de água, uma célula de tecido cardíaco, um neurônio – e o que milhões delas fazem”.

Se no âmbito das ciências naturais Gleick (1990) fala em “abismo”, pode-se supor o quanto mais difícil é a previsão de comportamentos coletivos no âmbito dos sistemas sociais, justamente porque “ordem” e “padrão” são situações pouco perceptíveis ante à singularidade de cada ser humano, ou das organizações que ele cria e opera.

Ao contrário do que se poderia imaginar, as “modernas” transformações no ambiente econômico ampliaram os riscos e a instabilidade, exigindo a cada passo novos instrumentos e mecanismos de estabilização.

No campo econômico o requisito de ordem que inspira o saber científico tradicional não tem prevalecido quando se observa a tendência dos movimentos autônomos na economia, os quais têm levado à sucessivas crises de emprego, moeda, instabilidade nos mercados, com resultados nefastos em termos de

desequilíbrio de renda e riqueza entre pessoas e países. Se há alguma “ordem”, esta é fruto da adoção exógena e a cada instante de medidas anti-cíclicas ou compensatórias, através da intervenção reguladora do Estado e de organismos internacionais. Mintzberg (1998), por exemplo, explica o efeito dominó que atingiu a forma de economia socialista do leste europeu não como vitória do “mercado”, mas sim de um modelo de produção capitalista *com forte intervenção estatal*.

No campo das ciências sociais, superar as dificuldades para interpretar fatos e fenômenos complexos, desvendar algum tipo de ordem sem prejudicar o destaque às singularidades, enfim, fazer ciência, exige repensar as questões associadas a ambiente, método, e técnica de produção do conhecimento.

#### 4 O método e o conhecimento científico

A metodologia científica (lógica científica) envolve os métodos que têm como objetivo básico definir “como fazer ciência”, como captar e interpretar uma possível “ordem” da natureza e dos processos objeto de estudos.

Inspirados no pensamento aristotélico “o que existe das coisas são idéias que o espírito delas possui” e no corolário de que “a ciência moderna não se coloca no ser absoluto, mas se move no pensamento” (Hamelin, 1985), pode-se afirmar que a metodologia científica estuda e interpreta o pensar criativo.

A metodologia científica, que não se confunde com as técnicas de pesquisa, refere-se à lógica da investigação em um dado campo de conhecimento. O método é o caminho escolhido para realizar uma tarefa, enquanto a técnica é o instrumento de realização.

Apologista do método, Descartes afirmou: “...para a boa aplicação do espírito, este deve possuir um método. Sem método não há ciência”. A metodologia é, assim, um processo para facilitar e permitir a geração e articulação de proposições. Dominando um referente teórico e adotando um método adequado de pesquisa,

o cientista, cada vez mais em trabalho solidário e interdisciplinar, aborda os problemas, observando, descrevendo, ordenando, classificando, e interpretando segundo seu conhecimento e condicionantes inerentes ao método adotado. Consegue então gerar conceitos nominais e/ou operacionais, sistematizar, estabelecer relações e construir leis e teorias, e posteriormente testar a aplicabilidade e veracidade do conhecimento descoberto. Uma vez testado o novo conhecimento e aceito como verdadeiro, o cientista pode estabelecer conexões lógicas e assim fazer explicações e predições.

A postura e o conhecimento dos princípios éticos, a precisão e rigor dos conceitos, os argumentos, a observação crítica, a linguagem apropriada, são fatores indispensáveis para a produção do conhecimento científico e tudo isso requer uma formação e uma disciplina que se revelam na adoção e observância de um método.

#### 5 Questões associadas ao comportamento dos agentes na construção das ciências sociais

Sem embargo, é aceito que a escolha de um sistema lógico (p.ex. a lógica formal, dialética) deve adequar-se ao objeto de estudo e de pesquisa. No campo das ciências sociais também os padrões de variação dos comportamentos dos agentes, as pessoas e as organizações, devem ser captados com algum grau de certeza, segundo os ditames da ciência normal. Todavia, é crescente o questionamento, frente ao mundo fluído, volátil, às vezes virtual, eivado de emoções, sentimentos individuais e coletivos, sobre a possibilidade de se dar o mesmo e idêntico tratamento lógico comumente aplicado nas ciências naturais. Quais os limites de predição, por exemplo, da formalização dos estudos econométricos, ou da avaliação quantitativa da satisfação de clientes? O tratamento metodológico em muitos campos econômicos, ao se deter na análise reducionista dos comportamentos dos agentes e daí derivar gene-

realizações para o sistema, parece considerar fechados os sistemas, como se dispusessem no seu interior de todos os elementos necessários ao funcionamento e auto-regulação.

É mister ressaltar a distinção primeira, básica, entre as ciências sociais e as naturais. Na primeira, o objeto de estudo e de explicação é o próprio ser humano, em alguma dimensão. Como bem destacou Chanlat (1996), tratando das “dimensões esquecidas”, o ser humano é “objeto e sujeito de sua ciência”. Ser que é dotado de maior ou menor entendimento da situação em que se encontra e, na qual toma suas decisões, age e se comporta.

Já nas ciências naturais “...nem os fenômenos diretamente observáveis, nem as construções teóricas interpretam a si próprios, nem têm qualquer compreensão de seu comportamento ou do campo em que esse comportamento tem lugar”

No campo econômico e na esfera das organizações cada agente opera de modo diverso, é único, é singular. Coletivamente suas atitudes, ações e reações, vão compor um grande mosaico que denominamos de “comportamento econômico” e “comportamento organizacional”. Estes “comportamentos” expressam a relevância do papel do ser humano enquanto agente econômico e também social, todavia, não se pode negar a importância de suas micro-relações associadas à emoção (prazer/dor, encanto/desinteresse, empatia/antipatia, motivação/frustração, etc.) ou do valor que atribui aos “respiradouros” (Maffesoli, 1985). Tais aspectos subjetivos, ademais, não são apenas fruto de decisões pessoais, mas também resultado de condicionamentos sociais, culturais, religiosos, e outros.

No campo da ciência econômica observa-se um esforço para superar a visão reducionista dos clássicos que simplificou o comportamento econômico na figura do “homem econômico”, um ser egoísta e racional. Na sua obra mais difundida, “The General Theory of Employment, Interest, and Money”, publicada em 1936, Keynes através da “preferência pela

liquidez”, das “expectativas dos investidores” e da “propensão a consumir”, incorpora elementos comportamentais básicos que vão afetar a demanda efetiva, e, portanto, o nível da atividade econômica. Em Keynes o comportamento do agente nem sempre é exclusivamente racional como nos clássicos, pois pode estar, por exemplo, submetido ao fenômeno da “ilusão monetária” ou apresentar comportamentos “ilógicos” em bolsas de valores. Para Keynes um governo responsável e consciente deveria preocupar-se não com o equilíbrio fiscal, mas com o desemprego (fenômeno social), que na sua opinião é uma consequência inevitável do “capitalismo individualista” (princípios fundados no comportamento individual racional, egoísta, utilitário). Para a escola psicológica da estrutura (Gestalt) o comportamento social é parte de uma situação mais abrangente e só pode ser adequadamente compreendido através da estrutura total e é nesta perspectiva que se situam as decisões dos consumidores e empresários.

Muitos estudos têm sido feitos sobre o comportamento econômico e organizacional (Parsons, Pavlov, Marshall, Weber, Perrow, Thompson). Não sendo puramente racionais, ou puramente emocionais, é esperado que tais comportamentos resultem do intercâmbio de razão e sensibilidade (Patrício, 1998). Assim, a ação humana resulta da aplicação de critérios de racionalidade instrumental mesclada à racionalidade substantiva (Weber, 1947) com sentimentos, crenças e valores, tudo sujeito a trocas (influência recíproca) com os fatores ambientais. Afinal, em que dimensão ou momento da vida humana associada o comportamento do homem é puramente razão ou emoção? Qual o grau de influência da emoção sobre a razão, ou da razão sobre a emoção, a cada momento da vida social? Qual a linha divisória ou os limites que separam um do outro? Qual é o padrão de razão? Qual é o padrão da emoção?

Portanto, é esse comportamento individual e social do ser humano, simultaneamente

objeto e sujeito da pesquisa, difícil de ser captado em seus padrões, surpreendente na sua diversidade, que tem levado muitos cientistas sociais a propugnar por uma reformulação nas formas de abordagem, nos métodos de pesquisa e defender uma redefinição das ciências pela via da transdisciplinariedade.

## 6 Ciência social normativa e empírica: modelo e prática do capitalismo

Quando se observam os resultados da prática do capitalismo real - experimento de opulência e miséria -, ou o comportamento e caráter das organizações - experimento de realização e opressão - comparando-os com as concepções e prescrições teóricas que consubstanciaram os modelos clássicos (Smith, Ricardo, Taylor, Faiol, Weber) se impõe repensar as formas pelas quais tradicionalmente tem sido construída a ciência, e particularmente a ciência normativa nas áreas econômica e organizacional.

Ressaltam-se adiante algumas facetas das profundas transformações que o capitalismo sofreu a partir de sua concepção clássica, que em verdade jamais chegou a ser praticada. A idéia de que as forças endógenas do mercado agiriam automaticamente para a obtenção do pleno emprego dos fatores foi rejeitada pela evidência empírica e negada cientificamente por Keynes ao demonstrar que o "equilíbrio geral" pode ser alcançado em qualquer nível da atividade econômica (Szmrecsányi, 1984). Ao livre jogo do mercado a economia fica mais sujeita a depressões, crises de desemprego, insuficiências de demanda. E mais grave, acentuam-se as desigualdades sociais. Este fato significa a negação do suposto clássico do capitalismo concorrencial, ou seja, de que os agentes econômicos (oferta e demanda; vendedor e comprador) estariam no modelo em níveis iguais de poder de barganha.

Também nas organizações as transformações são evidentes. As pessoas que atuam nas organizações de produção têm buscado pro-

gressivamente um espaço de autorealização, de integração social e de incorporação da estética como elemento substancial do cotidiano (De Masi, 1986), a fim de aquecer e dar sentido à vida, e assim desenvolver a sua criatividade e as "dimensões esquecidas".

Apesar deste movimento emergente, é a concentração de produção e da riqueza, a centralização do capital financeiro, a apropriação desigual do avanço tecnológico que marcam a era do conhecimento. Estes fenômenos determinam o caráter do capitalismo contemporâneo, globalizado, capaz de ampliar ainda mais as distâncias entre pobres e ricos quando a concorrência se desloca da variável preço para o conhecimento.

Ademais, o caráter hoje concentrador, incompatível com a concepção originária de um capitalismo concorrencial, competitivo, decorre paradoxalmente da própria lógica capitalista enquanto prática. As forças que no cotidiano sustentam e movem o "modelo" se renovam diuturnamente e adquirem novas faces (Thurow, 1997).

## 7 Método na construção das ciências sociais: questões no âmbito da economia

As flagrantes desigualdades interpessoais e inter-regionais de renda ou as crises sucessivas de emprego dos fatores sugerem, enfim, que o reducionismo formal comprometeu a capacidade de predição do modelo capitalista segundo a visão clássica, que afinal não se materializou. Longe da concorrência perfeita sonhada, prevalecem e se ampliam as imperfeições do mercado. A economia industrial, financeira e do conhecimento contemporânea, evoluiu e assim prossegue segundo padrões de concentração, agora em escala global, dando às organizações oligopolizadas poderes para a formação dos preços, que já não são resultado das forças de oferta e demanda num mercado. Os critérios racionais, newtonianos, que inspiraram o desenvolvimento da teoria dos preços estão superados. Neste quadro o estudioso social busca

novo ferramental para interpretar, compreender, por exemplo, a nova estrutura da organização econômica e de como se processam as decisões pelos pólos concentrados de poder, ou como se comporta o consumidor ante as novas práticas de marketing e sua ínfima influência na fixação de muitos preços na economia.

Neste contexto, as complexas organizações formais de produção econômica, objeto de estudo das ciências econômicas, necessitam ser interpretadas e olhadas para além dos limites da racionalidade econômica ou de mercado, pois, em essência são geridas e mantidas por pessoas dotadas de crenças, valores, sentimentos, emoções que superam as regras, como elementos determinantes de seu comportamento.

Como entender o homem e suas múltiplas dimensões, no processo de produção, se a lente da leitura ou o método, desconsidera por completo a dimensão substantiva que lhe é inerente?

As formulações tradicionais, consideradas clássicas, nas dimensões micro e macro, no âmbito da economia ou das organizações econômicas parecem estar cada vez mais distantes da realidade. Afinal as regras de comportamento econômico e das organizações são arbitrárias, pois na ação das pessoas e das organizações estão presentes processos de barganha, influência político-ideológica, constrangimentos psicológicos, coerção, dentre outros fatores. E para dar conta de questões que transitam pela psicologia, ciência política, sociologia, ecologia, religião, etc., a abordagem metodológica tradicional, positivista, quantitativa, não é suficiente, e em muitas situações mostra-se inadequada. Com significativa frequência, se verifica a utilização de instrumental inerente ao processo quantitativo na análise qualitativa. A aplicação indiscriminada de métodos quantitativos na análise econômica produziu situações de formalismo estéril e afastado da realidade. Na expressão de Teixeira (1979):

*formalismo que alijou da pesquisa econômica algumas mentes podero-*

*sas e alienou outras que substituíram a riqueza e a complexidade do mundo real pela tranqüilidade e elegância formal de trabalhos, onde as controvérsias são apenas sobre preciosismos.*

Neste sentido, a pesquisa qualitativa investiga a realidade social, mediante interpretação dos significados humanos e seus processos de construção social, além de focalizar a cultura e a individualidade do ser – seus conhecimentos, valores, desejos, crenças, sentimentos e práticas, sejam estas coletivas ou individuais.

O conjunto de transformações tão apreciável nas últimas décadas afeta, sobretudo, o próprio objeto das ciências sócio-econômicas, o ser humano e seu comportamento individual e coletivo. Enquanto na física, por exemplo, um efeito geral é a soma resultante de cada efeito em seu conjunto, ou seja, as forças elas próprias não se modificam e sim os efeitos que elas produzem, o mesmo não se passa nas ciências sociais. Nesta algumas forças modificam outras forças. E isto faz diferença na hora de selecionar uma abordagem para a pesquisa do fenômeno.

*Nas ciências sociais há um sem número de redes. Aqui existe pouco acordo acerca dos peixes a serem pescados, as redes a serem empregadas, e dos métodos – arapucas a serem armados. (Alves, 1996).*

Parece que a realidade está cada vez mais distante do tratamento econômico tradicional. O método deveria possuir uma utilidade operacional, já que devemos na ciência social como um todo, ou na economia e nas organizações em particular, coloca-la a serviço da coletividade, vale dizer, associar a produção do conhecimento ao equacionamento de problemas. “Se a ciência é uma função

*da vida, justifica-se apenas enquanto órgão adequado à nossa sobrevivência.*” (Patrício, 1999). Ou na expressão de Alves *apud* Patrício (1999): “*Uma ciência que se divorciou da vida perdeu a legitimidade*”.

A ciência da administração e a ciência econômica só realizam seus fins pela sua aplicação. As discussões meramente teóricas desligadas de um significado finalista tornam inútil o conhecimento. Lowe (1969), alertava para as mudanças pelas quais passava o capitalismo originando condições novas, nas quais as hipóteses gerais clássicas já não poderiam funcionar como “premissas definitivas e verdadeiras”, e, portanto, ao invés de “dados do problema”, situavam-se de fato na categoria de incógnitas. Complementarmente, os fins passariam a assumir a categoria de dados através das “macrometas” na expressão de Lowe, o qual foi buscar em Keynes o argumento teórico inicial para esta inversão metodológica. Isto porque Keynes, ao demonstrar que o equilíbrio e a restauração do equilíbrio, no sentido clássico, constituem exceções e não regras no mundo real, revelou o caráter normativo dessas noções. Perseguir pleno emprego dos fatores, estabilizar preços, são juízos normativos que se consubstanciaram na formulação das “macrometas”. Fixadas as “macrometas”, o método da “análise instrumental” proposto por Lowe, dirige o estudo para a análise sistemática dos requisitos para a obtenção da macrometa.

Esta proposição de análise instrumental inverte o procedimento tradicional de se deduzir um resultado a partir de causas dadas, para um mecanismo, onde, a partir da definição do resultado desejado, são deduzidos os meios adequados e necessários.

Esta lógica proposta por Lowe tem sido examinada especialmente quanto às implicações de condicionamentos que se imporiam ao homem para se obter certos microcomportamentos necessários ao alcance das “macrometas”.

Considere-se, por exemplo, a questão da planificação social. Os cientistas políticos têm visto no processo de decisão social uma etapa

refinada das lutas e conflitos de grupos sociais para obterem, por meio do Estado, cursos alternativos de ação que estejam conformados aos seus interesses. Esta perspectiva política do planejamento econômico deixa superada a concepção do planejamento como elemento neutro quanto aos mecanismos de ação política.

Desde que construída sobre bases lógicas, de forma compreensiva e consistente, com participação dos destinatários, a programação da ação pública poderia levar, por si, aos melhores resultados para a sociedade. Ressalte-se que a lógica aqui deve ser tomada na sua dimensão formal, mas associada aos valores e aspirações dos grupos e atores sociais envolvidos no processo, revelados por mecanismos de participação política, vale dizer, mediante o exercício efetivo da cidadania social e política.

Nesta perspectiva, a contribuição da pesquisa qualitativa apresenta grande potencial para a compreensão dos fenômenos e processos econômicos e administrativos, os quais encontram na pesquisa documental, nos estudos de casos e na etnografia o esteio necessário à luz dos paradigmas contemporâneos. (Godoy, 1995).

Nestes termos, a eficácia dos planos está condicionada às decisões coletivas sobre o perfil, desejado para as relações sócio-econômicas num momento futuro; em suma quais as “macrometas”, no sentido da metodologia proposta por Lowe. Enfim que tipo de sociedade sonhamos e pretendemos construir!

Uma estratégia de decisão social é sempre um problema empírico porque está condicionada a circunstâncias específicas (estado inicial do sistema), e um problema político pois está condicionada aos interesses e desejos da sociedade quanto ao seu futuro (estado terminal do sistema). Daí porque a excessiva formalização encontrada em tantos estudos econométricos, embora “elegantes”, não atravessa a ponte entre a especulação acadêmica e as necessidades e interesses das coletividades.

A formulação, na perspectiva de Lowe, é de um caminho a ser trilhado pela sociedade



com vistas a alcançar um desenho futuro de maior prosperidade e melhor qualidade de vida para todos, desde que legitimamente decidido. O enfoque proposto por Lowe, por si, não geraria problemas éticos, na medida em que as “macrometas”, o perfil desejado e sonhado, fossem representativas dos interesses da sociedade, respeitadas as minorias. Para tanto, se requer a prática legítima de participação política, com a rejeição do autoritarismo e do populismo demagógico a serviço dos grupos mais conservadores e oligárquicos da sociedade. Impedir a planificação sócio-econômica, tudo atribuindo à lógica do mercado, em nome de uma pseudo-liberdade, só fará agravar a situação dos mais fracos; pois como pensar em igualdade de condições, de oportunidade, de concorrência perfeita, se desde a iniciação na vida social e econômica a dotação de fatores (recursos) e o acesso de cada pessoa é diferenciado e acentuadamente diferenciado no caso brasileiro?

## 8 Considerações finais

Na medida em que as ciências sociais não lograram dispor de uma teoria integrada para explicar a diversidade dos fenômenos sociais, resulta prudente tomar mais amíúde a consciência da contextualidade, revelando singularidades e especificidades e analisando os elementos do ambiente que envolve cada sistema em estudo. A pesquisa aplicada no campo do conhecimento sócio-econômico, para quem necessita conciliar escassez de recursos, urgência no atendimento à coletividade e objetivos a alcançar, pode ser bem equacionada quando valorizar os aspectos qualitativos que configuram o tema em estudo. Em suma, direcionar a caminhada para a construção do conhecimento através de um novo olhar, mais contextualizado, mais próximo dos fatos, organizações, processos e relações, de modo a compreendê-los, interpretá-los, sentindo o seu significado enquanto expressões de vida associada e elaborações complexas da mente humana.

Presente que a finalidade da produção do conhecimento científico deve ser o bem estar de todas as pessoas, a adoção do paradigma existencial/fenomenológico exige instrumentos de análise específicos e adequados para cada perfil futuro desejado (ciência social aplicada) a partir de cada circunstância inicial reconhecida. É a vez, portanto, dos métodos qualitativos de pesquisa.

Felizmente está emergindo um novo modo de ver a realidade, que aos poucos vai sendo compreendido como uma nova epistemologia, pela qual se busca uma forma integrada de fazer ciência; uma ciência diferente, tendo em vista a complexidade da qualidade de vida do ser humano e do planeta como um todo (Patrício, 1999).

## Referências

- ALVES, Rubem. *Filosofia da ciência*. São Paulo: ARS Poética, 1996.
- CAPRA, Fritjof. *Ponto de mutação*. São Paulo: Cultrix, 1997.
- CHANLAT, Jean. *O indivíduo na organização: dimensões esquecidas*. São Paulo: Atlas, 1996.
- GALBRAITH, John K. *A era da incerteza*. São Paulo: Pioneira, 1982.
- GLEICK, James. *CAOS: a criação de uma nova ciência*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- GURWITSCH, Aron. *Ciência social e ciência natural*. In: HEILBRONER, R. (org). *Meios econômicos e fins sociais: ensaios selecionados de economia política*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura., 1973.
- HAMELIN, O. *Le Systeme d'Aristote*. Paris: J. Vin, 1985.

- HEGENBERG, Leônidas. *Explicações científicas: introdução à filosofia da ciência*. São Paulo: EDUSP, 1974.
- HEILBRONER, R. (org). *Meios econômicos e fins sociais: ensaios selecionados de economia política*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.
- KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1998.
- LOWE, Adolph. *A ciência da economia política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- \_\_\_\_\_. Por uma ciência de economia política. In: HEILBRONER, R. (org). *Meios econômicos e fins sociais: ensaios selecionados de economia política*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura., 1973.
- \_\_\_\_\_. Meios econômicos e fins sociais: uma réplica. In: HEILBRONER, R. (org). *Meios econômicos e fins sociais: ensaios selecionados de economia política*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura. 1973.
- MAFFESOLI, Michel. *A sombra de Dionísio*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1985.
- MINTZBERG, Henry. *Administrando governos, governando administrações*. In: Revista do Serviço Público vol. 49, n. 4, p. 151-167, 1998.
- NAGEL, Ernest. O método na ciência social e na ciência natural. In: HEILBRONER, R. (org). *Meios econômicos e fins sociais: ensaios selecionados de economia política*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura. 1973.
- PATRÍCIO, Zuleica M. e CASAGRANDE, Jacir L. *A busca de satisfação no processo e no produto viver: a qualidade de vida do trabalhador na complexidade das interações do cotidiano*. In: PATRÍCIO, Zuleica et all. (org.) *Qualidade de vida do trabalhador: uma abordagem qualitativa do ser humano através de novos paradigmas*. Florianópolis: Ed. do autor, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Qualidade de vida do ser humano na perspectiva de novos paradigmas: possibilidades éticas e estéticas nas interações ser humano - natureza - cotidiano - sociedade*. In: PATRÍCIO, Zuleica et all. (org.) *Qualidade de vida do trabalhador: uma abordagem qualitativa do ser humano através de novos paradigmas*. Florianópolis: Ed. do autor, 1999
- POPPER, Karl. *La lógica de la investigación científica*. Madrid: Tecnos, 1973.
- SCHUMPETER, Joseph A. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juros e o ciclo econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- SZMRECSÁNYL, Tamás. *Introdução*. In: Keynes, J.M. *Keynes*. São Paulo. Ática, 1984. Coleção Grandes Cientistas Sociais.
- TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo Financeiro: ensaios sobre a economia brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978
- TEIXEIRA, Joanílio. *Econometria: notas de aula*. ESAF, Brasília. mimeo. 1979
- THUROW, Lester. *O futuro do capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1992.